

COMPETÊNCIAS NA BNCC: ANÁLISE DAS DEMANDAS NEOLIBERAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Lucinda da Silva Fernandes
Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus

Resumo

Este trabalho resulta de um recorte de capítulo de uma dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por meio do processo nº. 1721/2024. O estudo parte da seguinte questão: Como as competências da BNCC do Ensino Médio refletem as demandas neoliberais no ensino de Geografia? Tem como objetivo analisar como as competências da BNCC do Ensino Médio refletem as demandas neoliberais no ensino de Geografia. Destaca-se a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com foco no papel do ensino de Geografia, que com a BNCC, vivencia um duplo conflito: formar para a cidadania e atender as exigências do mercado de trabalho. Utilizamos uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Para isso, foram analisados trechos da BNCC evidenciando os desafios da construção da criticidade diante das exigências neoliberais. Os resultados mostram que as competências propostas na BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas relacionam-se apenas parcialmente ao ensino de Geografia e demonstram forte influência do neoliberalismo.

Palavras-chave: Ensino Médio; Neoliberalismo; Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é descrita como um documento normativo e obrigatório para as escolas de todos os estados e municípios do país elaborarem os seus currículos, conforme o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). Neste estudo, entendida como currículo¹, a BNCC define aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes de escolas de todo o país, com carga horária distribuída entre a Base Comum e os Itinerários Formativos². Cabe aos sistemas, às redes de ensino e às

1 Estamos entendendo a BNCC como currículo baseando-nos em Silva (2016) para quem, o currículo é sempre o resultado de uma seleção, de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes selecionados.

2 No Brasil, a expressão "Itinerário formativo" tem sido tradicionalmente utilizada no âmbito da educação profissional, em referência à maneira como se organizam os sistemas de formação profissional ou, ainda, às reformas de acesso às profissões. No entanto, na Lei nº 13.415/17, a expressão foi utilizada em referência a itinerários formativos acadêmicos, o que supõe o aprofundamento em uma ou mais áreas curriculares, e também, a itinerários da formação técnica profissional. (Brasil, 2018, p.468).

escolas implementar as decisões e ações necessárias para que o currículo oficial seja efetivado na prática, nos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse currículo, encontra-se a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e dentro da qual está a Geografia — componente curricular que historicamente se destaca por exercer o papel de formar educandos para a cidadania. Entretanto, com a implementação da BNCC, a Geografia vivencia um duplo conflito: entre educar para a cidadania crítica ou formar para o mundo do trabalho.

Dessa forma, este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como a BNCC articula as competências no ensino de Geografia, diante das tensões entre formação para a cidadania crítica e exigências neoliberais. A literatura acadêmica evidencia que o currículo oficial nunca é neutro, mas atravessado por interesses sociais, econômicos e políticos, pois, ao mesmo tempo em que reproduz valores hegemônicos, também pode oferecer possibilidades de resistência e emancipação do sujeito em formação. (Sacristán, 2000).

O resumo que ora se apresenta insere-se no campo das políticas públicas educacionais, valendo-se da metodologia da revisão bibliográfica e documental. O estudo parte da seguinte questão: Como as competências da BNCC do Ensino Médio refletem as demandas neoliberais no ensino de Geografia? Tem como objetivo analisar como essas competências expressam as influências das políticas neoliberais no ensino desse componente curricular.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho foi feito um recorte documental da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na BNCC do Ensino Médio. Atentamo-nos para o quadro de competências específicas da referida área, realizamos uma leitura minuciosa deste recorte no documento, no sentido de perceber se as competências descritas para a Geografia se alinham com a formação voltada para a valorização da formação humana dos sujeitos ou com as demandas do mercado de trabalho. A pesquisa documental, conforme Gil (2008), “vale-se de materiais reelaborados que

não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. (Gil, 2008, p.51).

Com base na análise dessa leitura, foram selecionadas três competências do quadro geral para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Recortamos as competências 2, 4 e 6 e analisamos com base em referenciais bibliográficos referente a temática estudada. Segundo Gil (2008, p. 45), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos, embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza”. No caso deste estudo, a pesquisa bibliográfica corresponde ao estudo de autores como Peroni (2020), Laval (2019), e a pesquisa documental refere-se ao recorte feito do quadro de competências para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na BNCC do Ensino Médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os dados coletados e discute os resultados com base na comparação com a literatura relevante, evidenciando as vantagens e as limitações da temática analisada.

Quadro 1: Competências Específicas de Ciências Humanas e sociais Aplicadas para o Ensino Médio na BNCC

Competências
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: Brasil, 2018. Elaborado pelas Autoras.

A Competência 2 e suas respectivas habilidades, mesmo que a BNCC não faça nenhuma explicitação, pode-se inferir em uma primeira leitura que elas se relacionam ao ensino de Geografia, pois trazem termos como “relações de poder”;

“conflitos”, “inclusão/exclusão”; “fronteiras”; “territórios”. No entanto, não podemos esquecer que a lógica de um ensino por competências e habilidades como preconiza a BNCC, é influenciado pelos princípios das demandas neoliberais, e quando observa-se nas entrelinhas da competência 2 é possível inferir algumas considerações que atende às exigências neoliberais.

A competência faz referência a um ensino voltado para o entendimento do território como algo construído de modo histórico e político, contudo marcado por relações de poder e jogos de disputas. Nessa direção, “o currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo”. (Silva, 2016, p.15).

Mesmo que, a primeira impressão seja de um ensino voltado para a Geografia, pode-se extrair dessa competência influências do mercado de trabalho, ao valorizar o saber fazer em detrimento do ensino dos conceitos geográficos; busca o desenvolvimento de competências aplicáveis aos contextos de trabalho e os termos abordados, se bem interpretados podemos inferir que se trata de flexibilização, autonomia e adaptação, características das exigências neoliberais. Conforme Laval (2019, p.37), O objetivo das “reformas orientadas para a competitividade (*competitiveness-driven reforms*) é portanto, melhorar a produtividade econômica ao melhorar a “qualidade do trabalho”. Nesse sentido, o objetivo não é melhorar a qualidade da educação, mas fazer crescer a economia.

Ao realizarmos uma primeira leitura da Competência 4, nota-se que ela faz referência às questões sociais e econômicas, o que poderia relacionar-se diretamente com a disciplina de Geografia. Contudo, ao aprofundarmos a análise, observa-se uma ligação direta com o mundo do trabalho visando atender às demandas neoliberais.

Nesse sentido, observa-se os termos que estão inseridos nessa competência como, “relações de produção”, “capital e trabalho” e “transformação”. Esses termos implica uma educação voltada para a empregabilidade, flexibilização e competitividade — termos alinhados às demandas de uma educação que atenda as exigências do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva de educação para o mundo do trabalho, o que muda não é apenas o currículo, mas todo o contexto escolar em que este currículo funcionará. Conforme Peroni (2020, p.9). No Brasil, a privatização ocorre pela direção e pela execução ou através das duas coisas. A autora complementa que:

Instituições privadas definem o conteúdo da educação e executam sua proposta por intermédio da formação, da avaliação do monitoramento, da premiação e de sanções que permitem um controle de que seu produto será executado (Peroni, 2020, p. 9).

Nesse sentido, o pensamento da autora denuncia a privatização da educação, pois com as reformas atuais como a do Ensino Médio, por exemplo, as empresas privadas é quem governa as condutas que as instituições escolares devem seguir, como ensinar, o que e quais conteúdos devem ser ensinados, silenciados e até as avaliações que devem ser feitas na escola pública são geridas pelo setor privado.

Assim, o neoliberalismo vai adentrando cada vez mais na escola, impondo sua racionalidade, camuflando alguns conhecimentos e subordinando outros. A escola, assim como o ensino de Geografia, passa a perder sua essência formativa para a cidadania, em detrimento de uma formação orientada para o mundo do trabalho. Com a implementação da BNCC, a escola torna-se flexível, adaptada e orientada por resultados que, sob a lógica neoliberal e o ensino por competências, valorizam o saber fazer. Dessa forma, a escola configura-se como uma fábrica de resultados voltada à reprodução do modo de produção capitalista.

Por fim, ao lermos a competência 6, percebe-se um discurso que pode seduzir tanto o professor quanto o aluno, ao utilizar termos como “democracia”, “liberdade”, “autonomia” e “consciência crítica”. Contudo, ao observarmos as entrelinhas da competência, nota-se se que a orientação da prática para uma leitura crítica da realidade social, territorial, histórica, econômica e política, na qual os educandos estão inseridos, vai sendo deixada de lado em detrimento da ênfase no projeto de vida individual do aluno, em conformidade com as diretrizes da educação integral ³ proposta na BNCC. Conforme o documento:

3 Na BNCC a educação integral refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir (Brasil, 2018, p. 15).

A BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (Brasil, 2018, p.13).

Dessa forma, a concepção de projeto de vida, não é neutra, mas vinculada à racionalidade neoliberal de responsabilização individual, segundo a qual o sucesso ou o fracasso decorre das escolhas do indivíduo, e não das condições sociais e econômicas impostas pela sociedade. Assim, a formação do educando proposta pela BNCC orienta-se para a construção de um projeto de vida estritamente individual afastando-se de uma perspectiva de emancipação social. Nesse sentido, ao enfatizar autonomia e protagonismo de maneira dissociada da crítica às realidades sociais e econômicas que limitam as escolhas dos estudantes, a educação converte-se em um discurso de responsabilização social, característico do ideário neoliberal.

CONCLUSÕES

Os resultados mostram que as competências analisadas na BNCC para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas relacionam-se de forma parcial ao ensino de Geografia, e evidenciam forte influência do neoliberalismo. Apontam, ainda, para uma formação voltada para à flexibilização, à empregabilidade e ao projeto de vida individual dos educandos, em detrimento da formação crítica.

Nessa perspectiva, as competências priorizam o desenvolvimento de habilidades práticas e comportamentais alinhadas às exigências do mercado de trabalho, reduzindo a carga horária que deveria sustentar os conceitos geográficos essenciais à disciplina. Assim, o ensino de Geografia vem perdendo sua função de promover a leitura crítica do espaço e das relações de poder presentes na sociedade.

Constata-se também que a lógica das reformas educacionais reforça processos de privatização e a mercantilização da educação, submetendo o currículo

escolar às exigências de produção e controle. Nessa dinâmica, as escolas passam a operar sob uma racionalidade empresarial, na qual o saber é medido por resultados e desempenho em avaliações externas e internas.

Observa-se, ainda, que o discurso de autonomia e protagonismo estudantil presente na BNCC camufla a responsabilização individual e contribui para o enfraquecimento do pensamento crítico. Conclui-se, portanto, que o ensino de Geografia — antes orientado à compreensão das dinâmicas sociais e territoriais — foi reconfigurado pela BNCC para atender às demandas de uma formação utilitarista e instrumental, coerente com os interesses do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: out.2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar.- 1.ed- São Paulo: Boitempo, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação Público-Privado no contexto de Neoconservadorismo no Brasil. **Educ.Soc**, Campinas, e241697, p.1-17. v.41, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.241697>. Acesso: out .2025.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Documentos de Identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 3. Ed.; 8 reimp. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2016.